

A Marinha de Guerra e sua atuação na Guerra da Cisplatina: contribuições para a formação do Estado nacional

Mayra Cristina Laurenzano

Bacharel e licenciada em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente é aluna do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina na especialização História Social e Ensino de História

RESUMO

O artigo tem por objetivo demonstrar a atuação da Marinha de Guerra brasileira na Guerra Cisplatina, de maneira a refletir o cenário político, econômico e social brasileiro no período, demonstrando assim como as orientações que definiram os caminhos do Estado brasileiro influenciaram na definição das Forças Armadas e principalmente da Força Naval. Mais especificamente, há a contribuição para a compreensão do momento em que esta inserida a Marinha e a questão da Banda Oriental.

PALAVRAS-CHAVE: MARINHA DE GUERRA, GUERRA CISPLATINA, ESTADO NACIONAL

ABSTRACT

This article intends to show the Brazilian Navy actions at the Cisplatine War, reflecting about the political attitudes, the economic and social situations during the war, thinking how the directions of Brazilian State had its influence in the definition of Army and Navy. Particularly, there is a contribution to comprehend the moment that Brazilian Navy was passing understanding the problems of the Cisplatine in that period.

KEY WORDS: BRAZILIAN NAVY, CISPLATINE WAR, NATIONAL STATE

Este trabalho teve início como uma pesquisa desenvolvida para o trabalho de conclusão de curso, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina, defendido em 2005, em forma de projeto. A temática foi seguida, desta maneira, sendo aprofundada agora durante o Programa de Pós-Graduação em História Social e Ensino de História, também na Universidade Estadual de Londrina.

O objetivo da pesquisa é a formação dos Estados nacionais na região platina, especialmente quanto à formação do Estado brasileiro, sua afirmação territorial sobre a Banda Oriental, futura República Uruguaia, e suas divergências com as Províncias Unidas do Prata que, também buscavam afirmar-se espacialmente integrando a Banda Oriental. Daí vem a importância deste episódio, que podemos definir como o confronto entre o sistema republicano de governo, sob o comando de Buenos Aires, e o sistema monárquico constitucional, liderado pelo Rio de Janeiro, definindo seus limites "naturais", pelo menos no sul, até a Cisplatina.

A bacia do Prata, por ser uma área de interseção entre as possessões ibéricas na América, é distinta de áreas como Amazônia ou Mato Grosso, sendo um espaço privilegia-

do de análise, por ser uma área de ocupação humana mais densa, significando relações mais estreitas entre os súditos das duas Coroas, que cedo tornou-se palco de disputas entre as monarquias ibéricas.

Para isso, é necessário vermos qual o embasamento político e ideológico que se fundamenta a formação do Estado brasileiro, de maneira a refletir o cenário político, econômico e social do período, demonstrando assim como as orientações que definiram os seus caminhos influenciaram na definição do território, do sistema de governo, das Forças Armadas e principalmente da Força Naval, que atua como defensora do sistema monárquico constitucional na tentativa de garantir os contornos territoriais pretendidos.

O trecho abaixo nos esclarece mais sobre o papel fundamental da Marinha de Guerra na consolidação do Estado brasileiro em um ponto de grande importância, que é o reconhecimento como nação independente frente às nações européias, principalmente:

“Em conseqüência da campanha naval, fora resolvido o impasse militar que ameaçava frustrar a luta do Brasil para libertar-se de Portugal e o país, livre das tropas inimigas. Graças aos esforços da Marinha brasileira, o Governo Imperial se encontrava em condições de iniciar negociações de paz que permitissem o reconhecimento de sua Independência com êxito”².

Em outras palavras, podemos dizer que as concepções políticas e estratégicas que nortearam o “lugar” ocupado por esta Força Armada no conjunto do Estado brasileiro – na medida em que se profissionaliza e cristaliza-se como ator político, intervindo na

política, além da grande presença militar na elite política do início do Império³ – contribuem e muito para a compreensão do momento em que está inserida a Marinha e a questão da Banda Oriental.

O território oriental não foi palco de disputas somente neste período de conflito com as Províncias Unidas. A partir de 1821, com a anexação da Cisplatina ao Império português somente aumentam as divergências. Com a independência do Império brasileiro, há uma disputa entre os partidários de Portugal e dos brasileiros, estes conseguindo com que o governo da Província Cisplatina prestasse juramento ao Império brasileiro. No entanto, ainda há resistência quanto aos portugueses que permaneceram na Província Cisplatina, quando, em 1823, D. Álvaro da Costa, depois de negociações, capitula em Montevideú, se dando a retirada das tropas portuguesas da província⁴. Em 1825, as Províncias Unidas do Prata declaram o território cisplatino como parte integrante de sua república, e este ato tem como resposta a declaração de guerra do Império brasileiro.

Podemos dizer que o território da Banda Oriental se torna um alvo de disputa e de delimitação de poder após a fundação de Montevideú, em 1680, pelos portugueses que buscam um ponto mais ao sul onde possam participar das atividades econômicas do estuário, ou seja, ter maior participação na atividade de contrabando de metais vindos do Alto Peru e de outras variedades exploradas na região⁵. O domínio e defesa da posição era determinante na participação destas atividades, além de manter um caminho aberto para os territórios longínquos do Mato Grosso⁶.

¹ Pimenta faz a desconstrução do “mito da origem” em torno da Independência brasileira, como da uruguaia e da argentina, fazendo a crítica desta historiografia que vê já na colônia um sentimento de nacionalidade, um contorno territorial que ainda não existia, que seria criado juntamente com o novo Estado que nasce em 1822. PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Editora Hucitec/ Fapesp, 2002.

² HISTÓRIA NAVAL. Tomo III. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2002.

³ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁴idem pg. 123.

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁶ DORATIOTO, Francisco. *A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Navegador 4 – A Marinha de Guerra e sua atuação na Guerra da Cisplatina

A fundação de cidades ao longo do território oriental se faz num momento de expansão dos territórios portugueses ao sul. E é neste sentido expansionista que no século XVIII há a integração do território rio-grandense ao território colonial brasileiro através do fornecimento de gado de corte e de tração, inserindo-se no contexto colonial como uma economia subsidiária, fazendo o fornecimento do mercado interno, dependendo, portanto, das grandes economias, como a cana-de-açúcar e especialmente da zona mineradora, fornecendo muares e charque, sendo fundamental para a reprodução do sistema, suprimindo a demanda dos núcleos exportadores.

A crescente demanda dessas áreas faz com que haja um rápido desenvolvimento das pastagens sulinas, tendo um importante papel no desbravamento e povoação do território. A fundação do Rio Grande, como aponta Maria Luiza Petrone, acaba por funcionar como um centro irradiador de estâncias, organizadas e povoadas por bandeirantes, principalmente – que se estabeleceram na região acabando por fazer o comércio do gado –, e por homens que serviram e servem na defesa desta parte da colônia⁷. Para a defesa da colônia, foram importantes as fortificações construídas ao longo do território rio-grandense, abreviando as comunicações e a ajuda militar.

Toda a organização e desenvolvimento do Rio Grande acontecem durante as campanhas para defesa da posse da Colônia do Santíssimo Sacramento e outras localidades, dando-lhes retaguarda, sendo que, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a Colônia é utilizada como base de operações sempre que novas operações militares se iniciavam na Banda Oriental, tanto pelo Império português como posteriormente pelo Império brasilei-

ro. Isto quando as campanhas militares não se davam em seu próprio território, pois, além de servirem como base de apoio às operações no Prata, também tinham de defender seu território das incursões espanholas.

Portugueses e espanhóis lutaram pela posse das terras orientais, por suas pastagens, por uma cota maior no contrabando de minérios e couros, reivindicando os territórios para si, disputa que se tentou por várias vezes solucionar através de tratados de paz e de delimitação de territórios (Tratado de Utrecht, Tratado de Madri, Tratado de El Pardo, Tratado de Paris e Tratado de Santo Ildefonso). As disputas em torno de Sacramento, Montevideu, das pastagens e do gado contribuíram enormemente para o povoamento da área, sendo que "(...) a própria guerra fornecia o atrativo econômico, uma vez que era o caminho para o apossamento de terras e rebanhos que iria reiterar a vocação pecuária da província, desenvolvendo mais tarde a produção do charque"⁸.

Por ser uma área de duradouros conflitos, de intercâmbio e de intensa atividade comercial, nela observa-se a formação de interesses que transcendem as fronteiras imperiais, revelando grande heterogeneidade. Esta se transforma num problema de fato para os projetos políticos, quer fosse monárquico, quer fosse republicano, que pretendesse a manutenção da Banda Oriental como parte integrante de seus territórios.

Alguns dos motivos para a defesa destes territórios, bem como de sua expansão para o Prata, são a continuidade dos pampas, assegurando a integridade do território sulino, sem obstáculos de natureza geográfica, além de garantir a melhor posição a fim de rechaçar qualquer investida de estrangeiros indesejáveis. Ainda assegurando o domínio das margens platinas, haveria a segurança

⁷ PETRONE, Maria T. Luiza. *Áreas de Criação de Gado*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *A Época Colonial: administração, economia, sociedade*. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968 (Col. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo I, v.2).

⁸ COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, A Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/editora da Unicamp, 1996.

do acesso aos rios navegáveis afluentes do Prata, que levam ao interior do Brasil⁹. Somente com o domínio do mar seria possível expulsar os elementos portugueses tanto da Cisplatina como de outras áreas que não aderiram ao Rio de Janeiro ou tinham forte presença e resistência portuguesa, como é o caso da Cisplatina, subjugando sob o domínio imperial e preservando a integridade da capital do império, além de estabelecer a hegemonia dos interesses brasileiros na região platina, e para isso era de vital importância a atuação da Marinha de Guerra¹⁰.

Na compreensão da Guerra Cisplatina é necessária uma leitura política da guerra, como uma outra maneira de se ver a história do político, sendo levada em consideração a relação de forças das partes envolvidas na disputa, a questão logística, sem a qual não se faz uma guerra, como, por exemplo, o transporte das tropas e sua manutenção nos locais de disputa, com toda uma estrutura que permite manter os combatentes¹¹. Ainda dentro desta leitura é importante analisar-se as pressões econômicas dentro do conflito, recusando, porém, o dado econômico como centro do conflito e como fator desencadeador e único.

Vemos que o fator econômico esteve muito presente na Guerra Cisplatina pela dificuldade do Império de manter o conflito, pois o governo necessitava de recursos para manter as tropas, sendo obrigado a recorrer a empréstimos para o esforço de guerra, gerando grandes dívidas que irão influir enormemente na política imperial, tanto na assinatura do tratado de paz como posteriormente na abdicação de D. Pedro I, muito desgastado pela impopularidade da guerra, principalmente no que concerne ao

recrutamento forçado para a Marinha e para o Exército.

Também é preciso levar em consideração as questões políticas, internas e externas, do Estado brasileiro, porque a preocupação com o que se passava internamente e no ambiente internacional influem decisivamente nas escolhas políticas, uma vez que não “há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna”¹². Vemos isso claramente durante a guerra, com os endividamentos, as dificuldades financeiras e o recrutamento forçado influenciando internamente para o fim da guerra, além dos sérios reveses militares sofridos pelo Império, e externamente temos a pressão internacional para o fim do bloqueio do Prata, principalmente inglesa, que tinha seu comércio enormemente prejudicado, levando o Império a aceitar a mediação inglesa no tratado de paz a ser firmado com as Províncias Unidas.

A Província Cisplatina, com o tratado de paz, é declarada independente do território brasileiro, se constituindo em Estado livre e independente de qualquer nação. O governo das Províncias Unidas também declara o território oriental independente e livre.

Ambas as partes comprometem-se a defender a independência e a integridade da República uruguaia, pelo tempo e termos do Tratado de Paz: “Sendo um dever dos dois Governos contratantes auxiliar e proteger a Província de Montevidéu até que ela se constitua completamente, convém os mesmos Governos, em que, se antes de jurada a Constituição da mesma Província, e cinco anos depois, a tranqüilidade e segurança pública for perturbada dentro dela pela guerra civil, prestarão ao seu gover-

⁹ ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. O Último Episódio: A Cisplatina. In: *Navigator*: Subsídios para a História Marítima do Brasil. N. 4. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1971.

¹⁰ VALE, Brian. *Estratégia, Poder Marítimo e a criação da Marinha do Brasil 1822-23*.

¹¹ AZÉMA, Jean-Pierre. *A Guerra*. In: REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

¹² MILZA, Pierre. *Política interna e política externa*. In: REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

Navegador 4 – A Marinha de Guerra e sua atuação na Guerra da Cisplatina

no legal auxílio necessário, para manter e sustentar. Passado o prazo expressado, cessará toda a proteção, que por este artigo ficará considerada no estado de perfeita e absoluta independência”(Artigo 10^a do tratado)¹³.

As tropas estacionadas em Montevideú foram remetidas de volta para o Rio de Janeiro, ficando ainda a presença brasileira com algum efetivo a fim de garantir o cumprimento do estabelecido no tratado, bem como algum efetivo argentino, não podendo as partes intervir no estabelecimento do governo, nem da discussão de como deve ser o mesmo. Foi estabelecido um governo republicano, seguindo o exemplo das Pro-

víncias Unidas. Ainda foi garantida a livre navegação do Prata e de seus afluentes.

A perda do território cisplatino marca um recuo nas pretensões tanto brasileiras como argentinas, a república uruguaia se tornando, desta maneira, um “estado-tampão”¹⁴ entre as forças do Império brasileiro e das Províncias Unidas.

“A solução aventada por D. João, a eliminação do risco potencial pela anexação definitiva da Banda Oriental, fracassou em 1828, desistindo o Brasil da anexação e forçando a Argentina a fazer o mesmo. Porém, a política efetiva de ocupação da zona fronteiriça por estancieros brasileiros criava um agravante de notáveis conseqüências para o futuro”¹⁵.

¹³ “Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires: uma testemunha ocular”.

¹⁴ COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, A Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/ editora da Unicamp, 1996.

¹⁵ Idem.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. O Último Episódio: A Cisplatina. In: *Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil*. N. 4. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1971.
- AZÉMA, Jean-Pierre. *A Guerra*. In: REMOND, René. Por uma historia política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004
- COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/editora da Unicamp, 1996.
- DORATIOTO, Francisco. *A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- HISTÓRIA NAVAL. Tomo III. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2002.
- MILZA, Pierre. *Política interna e política externa*. In: REMOND, René. Por uma historia política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PETRONE, Maria T. Luiza. *Áreas de criação de gado*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *A época colonial: administração, economia, sociedade*. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968 (Col. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo I, v.2).
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Editora Hucitec/ Fapesp, 2002.
- VALE, Brian. *Estratégia, Poder Marítimo e a criação da Marinha do Brasil 1822-23*.